RELATÓRIO GERAL DO EVENTO

EVENTO: Seminário estadual das cooperativas e agroindústrias da agricultura familiar, reforma agrária e economia solidária do estado de Santa Catarina.

DATA: 15 a 17 de maio de 2019.

LOCAL: Centro de Formação Maria Rosa – Rua Sete de Setembro, 2070 D, Bairro Presidente Médici, Chapecó/SC.

1. DA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

A articulação do evento deu-se a partir de diversas reuniões com centrais de cooperativas dos agricultores, bem como de maneira direta pela própria COOPTRASC. Neste processo, utilizou-se de convite formal e ficha de cadastro dos participantes, a fim de verificar a distribuição dos interessados e assim organizar a logística para o evento.

A programação previamente definida foi ajustada a partir da disponibilidade dos colaboradores/debatedores. A definição destes colaboradores deu-se a partir da experiência no assunto e o conhecimento concreto da realidade vivida pelas pequenas cooperativas no âmbito da agricultura familiar reforma agrária e economia solidária. Este processo permitiu contribuições mais claras e diretas para as cooperativas participantes.

A recepção dos participantes ocorreu no dia 15 de maio a partir das 10 horas com o fornecimento de um coffe-break. No momento realizou-se o credenciamento e o fornecimento do material didático para o evento, além de colher assinatura de participação no evento para este dia. Além disso, os participantes foram acomodados nos espaços para pernoite. Nos dias 16 e 17 no rol de entrada da sala de palestras, uma pessoa da COOPTRASC colhia a assinatura dos presentes na parte da manhã de cada dia.

2. DAS ATIVIDADES

DIA 15/05/2019 – QUARTA FEIRA

2.1 Os desafios do Cooperativismo para o próximo período. Um olhar das organizações da Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Economia Solidária

Horário: 14 as 18 horas.

Colaboradores/debatedores:
Francisco Dal Chiavon – Tecnólogo em Agroecologia e Instrutor Popular - UNICOPAS Nacional – Brasília/DF

Na abertura de sua exposição fez um comentário sobre a importância do evento e agradeceu a COOPTRASC por articular um conjunto de organizações tão diverso, porém com objetivos tão semelhantes. Além disso, que este espaço deve servir para apontar novos caminhos para as pequenas cooperativas e empreendimentos da agricultura familiar, reforma agrária e economia solidária.

Na sequência falou sobre o cenário difícil que o país passa devido à crise econômica e com isso as dificuldades encontradas para o desenvolvimento do país. Esta crise afeta diretamente as pequenas cooperativas, pois em sua maioria são produtoras de bens e serviços que dependem do poder aquisitivo do consumidor. Relata também que muitas cooperativas na última década ficaram extremamente dependente de políticas do estado e agora com a crise muitas foram reduzidas, apresentando impacto direto sobre o planejamento destas cooperativas.

Dos desafios apontados:

- As pequenas cooperativas precisam sair de um “ambiente de conforto” e buscar alternativas comerciais, gerencias e de articulação neste novo cenário brasileiro. A crise pode ser um espaço para gerar soluções e fortalecer a unidade entre as cooperativas;
- É preciso buscar alternativas para a autofinanciamento, ou seja, sair da dependência do crédito bancário, o qual apresenta limites de acesso, devido as garantias exigidas. Neste sentido, é preciso proporcionar em suas estruturas

espaços para planejamento e recursos (humanos e financeiros) olhando para o futuro.

- Consolidar uma estrutura jurídica que represente os anseios das pequenas cooperativas e que construa um programa de cooperativismo solidário e promotor de desenvolvimento local e social.

- É fundamental a ampliação das relações com o meio urbano, objetivando fortalecer espaços de comercialização, apoio técnico e valorização do setor.

Gervásio Plucinski – MBA em Gestão de Pessoas Estratégias e Negócios pela Fundação dos Administradores do Estado do RS - Presidente UNICAFES Rio Grande do Sul – Erechim/RS;

Primeiramente realizou uma breve retrospectiva do cooperativismo na agricultura familiar, sua organização e objetivos, destacando o fortalecimento e a importância para o meio rural e também urbano no avanço da cooperação solidária. Na sequência, abordou as dificuldades enfrentadas com a redução da importância de algumas políticas públicas para o setor, em especial ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o qual servia de suporte no crédito e na comercialização dos produtos das cooperativas e que a falta de recursos comprometeu o programa.

Num segundo momento apontou desafios e perspectivas do cooperativismo, alertando que ainda não é possível ter claro o caminho a ser traçado pelo novo governo, assim muitos desafios podem ser mais ou menos complexos e as perspectivas podem ser menores ou maiores, porém sinaliza do modo geral para:

- Necessidade de fortalecer uma organização conjunta, que unifique os diversos setores da Agricultura familiar, reforma agrária e economia solidária, visto que as demandas e necessidades destas organizações e de seu público são semelhantes;

- Construir uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário, visando ganhar espaço comercial e importância junto a sociedade;

- Ampliar a articulação com outros agentes, em especial do meio urbano, fortalecendo relações, sejam comerciais ou de apoio técnico e jurídico;

- Traçar uma estratégia conjunta no aspecto comercial, evitando concorrência entre as pequenas cooperativas;

Por fim, agradeceu o convite da COOPTRASC para o seminário e reforçou a importância do espaço para o fortalecimento da agricultura familiar.

Álvaro Santin – Engenheiro Agrônomo/ Especialização em Especialização em Administração de Cooperativas - Presidente da Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina - CCA/SC – Chapecó/SC

Inicialmente destacou a importância do evento por reunir empreendimentos do mesmo porte, mas que as vezes estão tão distantes um do outro, não se relacionando e se apoiando. Abordou a falta de articulação dos empreendimentos da Agricultura familiar com os empreendimentos da economia solidária do meio urbano e rural, inclusive visualizando um potencial de mercado.

Desafios apontados:

- A necessidade de "Revigorar os princípios e valores do cooperativismo" junto as Cooperativas da Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Economia Solidária, visto que em muitos momentos, este tem sido ignorado e as cooperativas perdem seu foco.
- "Trabalhar processos de empoderamento dos associados e conselheiros na gestão" – as pequenas cooperativas estão carentes de processos formativos e orientativo no processo de formação de conselheiros hábeis no gerenciamento;
- "Desenvolver processos de cooperação comprometidos com outro desenvolvimento, não este convencional" – as pequenas cooperativas precisam aproveitar a demanda por produtos mais saudáveis e aproveitar o apelo social do cuidado com os recursos naturais, sendo isso um importante marketing para seus produtos.
- "Buscar novas relações produtivas e comerciais diferenciadas do mercado convencional" – além de produzir alimentos saudáveis fortalecer relações de comercialização direta aos consumidores, articulando com cooperativas urbanas ou empresas a comercialização direta, não ficando refém apenas da comercialização institucional;
- "Cooperação além das atividades econômicas" – é preciso unificar esforços para além do processo produtivo e comercial, avançando na cooperação com a socialização e realização de processos de gerenciamento e formação de maneira unificada.
- "Preparar para não ficar refém das políticas públicas" – precisa articular processos para não depender apenas de políticas públicas de comercialização, crédito e assistência técnica, construindo algo conjuntamente com outras cooperativas.

Por fim, propôs a criação de um grupo permanente de articulação destas cooperativas e empreendimentos presentes no seminário como forma de articular processos de comercialização, de crédito, de formação e principalmente de organizar um processo unificado de acompanhamento a gestão das cooperativas.

Síntese de propostas a partir do debate:

- Consolidação de uma organização ou grupo que articule os anseios e necessidades das pequenas cooperativas e empreendimentos da agricultura familiar, reforma agrária e economia solidária;
- A partir de apoio técnico viabilizar a análise de espaços potenciais de comercialização direta (feiras, cooperativas de consumo, associações de funcionários de empresas);
- Organizar um programa solidário de suporte técnico e gerencial, promovendo o acompanhamento das Cooperativas. Neste sentido, destaca-se a importância do grupo ou organização, sendo chave para este encaminhamento;
- Criar um programa conjunto de marketing dos produtos, dando foco ao apelo social e ambiental levado nos produtos produzidos na agricultura familiar, reforma agrária e economia solidária.
- As cooperativas devem fortalecer estruturas de crédito que são cooperativadas, objetivando fortalecer a intercooperação;

2.2 Exposição dos produtos e serviços das cooperativas.

A exposição dos produtos e serviços foi realizado em espaço organizado pela COOPTRASC próximo ao evento, o qual não tinha fins comerciais, mas sim de socialização dos mesmos. Foi aberto as 18 horas do dia 15 de maio e permaneceu durante o período do evento.

Na oportunidade foram apresentados basicamente produtos agroindustrializados, artesanais e coloniais, porém um conjunto de cooperativas ainda trabalha com a compra e venda de produtos *in natura*, os quais não foram trazidos ao espaço, visto sua perecibilidade.

Destaca-se que o espaço, mesmo não estando previsto na programação inicial e não tendo fins comerciais proporcionou o diálogo dos participantes sobre a

importância de realizar intercâmbios de conhecimento, tecnologias e mesmo cooperar no processo de compra de insumos e na logística de comercialização.

DIA 16/05/2019 – QUINTA FEIRA

2.3 – Legislação Cooperativista

Daniel Rech – Advogado e Especialista em Cooperativismo - Assessor jurídico da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES e da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS – BRASILIA/DF.
Horário das 8:00 as 10:00horas

Na abertura parabenizou a organização do evento por proporcionar espaço para discutir a legislação cooperativista no Brasil. Relata que muitas organizações não dominam o processo legal, o que traz implicações a seus representantes. Portanto, a importância e necessidade de processos de orientação técnica e jurídica.

Posteriormente, realizou um histórico do cooperativismo no Brasil e focou na Lei 5764/71 e suas alterações, trazendo os aspectos que hoje interferem no cotidiano das pequenas cooperativas. Destaca que para as cooperativas não se tem uma legislação amigável, o que tem são algumas oportunidades, que pode ser usado. O Estado se preocupou em controlar o cooperativismo e não deixar expandir. Neste sentido, relata que parte da Legislação ainda é um entrave ao desenvolvimento do cooperativismo, fortalecendo as iniciativas individuais.

Por outro lado, existem diversas leis que podem ser exploradas no âmbito das pequenas cooperativas, a exemplo a Lei do PNAE e PAA no aspecto da comercialização; O Pronaf no âmbito do crédito para produção, agroindústrias e comercialização; da Agroecologia como forma de desenvolvimento de um modelo produtivo diferenciado, com o qual é possível agregar valor à sua produção; entre outras leis que abrem prioridades para quem está organizado e é enquadrado como agricultor familiar. No entanto, muitas destas leis não são cumpridas e demandam que o cooperativismo organizado paute o estado (no sentido amplo) a sua execução, pois são formas de fortalecer e desenvolver as pequenas cooperativas.

Outro aspecto trazido pelo palestrante é a necessidade de haver políticas diferenciadas para pequenas cooperativas, visando promover seu crescimento. O

fato de tratar de maneira igualitária perante a legislação é um aspecto de entrave no fortalecimento do cooperativismo. Além disso, é necessário garantir que recursos no âmbito da formação e capacitação sejam distribuídos a todas as cooperativas brasileiras e não apenas a uma parcela.

Outra abordagem trazida é a necessidade de ter profissionais da área contábil que entendam a legislação cooperativista e organizem a contabilidade das pequenas cooperativas dentro dos padrões legais, bem como orientem sobre prazos de documentos, o processo formal, pagamentos de impostos e tributos. Do mesmo modo, há uma carência no setor jurídico, ou seja, profissionais qualificados para orientar sobre as mudanças na legislação.

Ainda trouxe a importância da intercooperação entre as cooperativas, para conseguir avançar em vários campos, diminuir custos, aproveitar espaços, centralizar serviços e se articular. No entanto, relembra que intercooperação não é fusão ou incorporação, sendo que estes processos (fusão/incorporação) são negativos para o desenvolvimento do cooperativismo, mesmo sendo um processo legal do ponto de vista jurídico.

Por fim, apontou alguns caminhos/espaços que poderiam ser aproveitados ou conduzidos nas cooperativas, sendo:

- Organizativo: Cooperativas consistentes (em participação, gestão, negócios, compromisso social), articuladas entre si em centrais, federações e confederações. Além da representação e prestação de serviços através de suas associações nacionais;
- Parcerias: Articulação das nossas iniciativas com outras organizações da sociedade civil, associações e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras, além de setores do estado e empresariais que possam fortalecer o movimento cooperativista.
- Propositivo: Tomar a iniciativa de propor políticas, mudanças e aprimoramento regulatório; fortalecer a educação cooperativista, trazendo principalmente jovens e mulheres, além de avanços no desenvolvimento produtivo.
- Reivindicativo: Exigir a preservação e ampliação de políticas públicas já existentes e que possam beneficiar as Cooperativas (como PAA, PNAE, política de resíduos sólidos, crédito, reforma urbana e agrária, condições para o desenvolvimento da

atividade produtiva autônoma). Reivindicar o reconhecimento de nossas organizações autônomas e a defesa dos direitos.
- Tributário: Aproveitar as possibilidades de incentivo já existentes no campo tributário e na realização de negócios; reivindicar tratamento diferenciado entre as grandes e as pequenas cooperativas.
- Judicial: Defender os direitos de nossas cooperativas.

2.4 - Mudanças a partir do E-social

Mauro Kehl - Contador e Auditor Perito Contábil

Horário das 10:30 as 12:00 horas.

O Palestrante agradeceu o convite e iniciou a exposição alertando que não se trata de uma legislação nova, mas sim a implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdências e Trabalhistas, o qual está sendo implantado por etapas e integrará as administrações tributárias das 3 (três) esferas governamentais, além de instituições públicas, conselho de classes, associações e entidades civis.

É um projeto do governo federal, instituído pelo Decreto nº8.373, de 11 de dezembro de 2014, que tem por objetivo desenvolver um sistema de coleta de informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, armazenando-as em um Ambiente Nacional Virtual, afim de possibilitar aos órgãos participantes do projeto, na medida da pertinência temática de cada um, a utilização de tais informações para fins trabalhistas, previdenciários, fiscais e para a apuração de tributos e da contribuição para o FGTS.

São princípios do e-Social: dar maior efetividade à fruição dos direitos fundamentais trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores; racionalizar e simplificar o cumprimento de obrigações previstas na legislação pátria de cada matéria; eliminar a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas obrigadas; aprimorar a qualidade das informações referentes às relações de trabalho, previdenciárias e fiscais; e conferir tratamento diferenciado às microempresas –ME e empresas de pequeno porte –EPP.

Relata que está obrigado ao e-social todo aquele que contratar prestador de serviço pessoa física e possua alguma obrigação trabalhista, previdenciária ou tributária, em função dessa relação jurídica de trabalho. Envolve todo o tipo de trabalho: Celetistas; Estatutários; autônomos; avulsos; cooperados; sem vínculo e estagiários. Além disso contribuintes que adquirem ou comercializarem produção rural.

Ainda relata que para as cooperativas o e-social já está em vigor e as principais preocupações se referem a parte trabalhista e de entrega de declarações. Neste sentido, alerta que organizações que mesmo não tendo movimento econômico devem se preocupar, ou seja, se não funcionam o ideal seria encerrar formalmente suas atividades. Neste aspecto relata a informalidade que muitas pequenas cooperativas adotam ou mesmo o atraso nos balancetes mensais. Percebe que esta prática precisa ser reconsiderada e resolvida, pois é passível de multas que podem inviabilizar a continuidade na atividade.

Além disso, detalhou as diversas obrigações que cabem as cooperativas e orientou que cada uma busque junto a seu profissional responsável (Contador) informações sobre o atendimento destas obrigações. Ainda no campo propositivo, à organização do evento, da necessidade de se promover eventos técnicos específicos (oficinas) para colaboradores das cooperativas, a fim de tornar cotidiano este assunto, evitando problemas futuros as cooperativas e consequentemente aos seus dirigentes.

2.5 Potenciais de comercialização e serviços

Horário: 14:00 as 15:45 horas.

Valmor Schiochet – Professor e Sociólogo - Fundação Universidade Regional de Blumenau/FURB.

Inicialmente fez um breve relato dos trabalhos e experiências realizadas e falou da importância da participação no seminário com tanta diversidade produtos e serviços produzidos pelas cooperativas e empreendimentos presentes, destacando que um dos desafios mais importantes no campo do cooperativismo popular e da economia solidária é a comercialização.

A comercialização é chave para a estratégia de organização porque optamos pela apropriação direta e a agricultura familiar e a economia solidária é construção da vida de forma associada. No atual estágio de desenvolvimento as dificuldades são maiores, pois o mercado é controlado por grandes empresas, o que exige das pequenas cooperativas maior capacidade organizativa de se articular, ampliar sua capacidade de ação para enfrentar e se apropriar do seu espaço.

Na sequência apresentou os diversos programas existentes com potencial de comercialização, dando destaque ao mercado institucional como PAA, PNAE e Compra Institucional (Exército, hospitais, restaurantes públicos, universidades, outros). Porém, fez ressalva sobre a necessidade de novos caminhos, a fim de evitar a dependência única das políticas públicas, sugerindo algumas estratégias:

1) Inserção de produtos disputando espaço nas gôndolas dos mercados, a exemplo das cooperativas da Marca Terra Viva. É uma estratégia que demanda muita organização e controle, bem como é gerida pela forte concorrência, a não ser que acessamos com produtos diferenciados aproveitando nichos de mercado.

2) Inserção das nossas organizações associativas e cooperativista em cadeias produtivas que não são dominadas por grandes empresas. É um espaço importante, porém é necessário um estudo aprofundado, evitando investir em propostas sem rentabilidade econômica e social.

3) Relação direta com o consumidor – vender ao consumidor é capacidade de organizar o mercado. Este espaço é o principal potencial para as pequenas cooperativas avançar de maneira segura (fora das políticas públicas de comercialização), a partir da organização de feiras, circuitos de comercialização, pontos de vendas alternativos e cestas de produtos, fazendo com que o produto vá diretamente ao consumidor. Este espaço requer uma articulação importante, a qual pode ser suprido a partir dos encaminhamentos deste seminário.

Por fim, ressaltou a necessidade de não limitar a estratégia comercial das cooperativas apenas a uma forma ou iniciativa. É preciso estas organizações ter atenção as oportunidades comerciais, buscando aproveitar as alternativas mais rentáveis para seus negócios. Além disso, nossos empreendimentos devem se voltar para a produção responsável e ao consumo consciente, isso auxilia no processo de marketing e venda dos produtos.

Rita de Cassia Maraschin da Silva – Agricultora/Assistente social - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA/SC

Inicialmente apresentou o que é o CONSEA e qual sua atribuição dentro da estrutura do estado de Santa Catarina, bem como um breve relato de ações e conquistas obtidas no âmbito da segurança alimentar e nutricional. Na sequência se deteve na apresentação do programa da agrobiodiversidade o qual pode ser um potencial para as cooperativas da agricultura familiar.

O programa da agrobiodiversidade está inserido como uma ação, dentro da diretriz que visa a “promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos”. Ainda tem como objetivo promover o desenvolvimento social e econômico dos agricultores familiares, agricultores urbanos e periurbanos, povos indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas, negros, população em situação de rua, aquicultores artesanais, através do acesso, da conservação, do uso sustentável, da pesquisa e a repartição dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.

O programa pode auxiliar/apoiar as cooperativas a partir das seguintes linhas:

- Atividades técnicas e de intercâmbio: Estes eventos possuem caráter formativo e poderão dias de campo, oficinas, cursos e circuitos de feiras de trocas e comercialização de produtos/sementes que tenham como tema central a promoção da Agrobiodiversidade.

- Criação e manutenção de bancos comunitários de sementes: Promover soberania alimentar e de produção; garantir a variabilidade; Catalogar e registrar; Fomento à transmissão do conhecimento tradicional; Proteção das sementes em relação a ameaças a sua conservação;

- Implantação e manutenção de unidades de produção de sementes por instituições: multiplicar em escala sementes das variedades as quais a Epagri é mantenedora nas próprias unidades da empresa e buscar alternativas para estímulo de produtores habilitados.

- Fomento para produtores de sementes: este processo visa possibilitar plantio, transporte, multiplicação e comercialização das sementes, regulamentando assim a participação desses materiais de propagação nos programas governamentais.

- Fomento ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural: subsídios específicos para os beneficiários do programa de fomento do FDR que utilizarem tecnologias de transição agroecológica, conforme parâmetros a serem definidos;

- Compras Institucionais e Civis: Inclusão estratégica de produtos da Agrobiodiversidade em compras institucionais a partir de Programas existentes (PAA, Produtos da Sociobiodiversidade e PNAE), assim como na criação de novos programas com foco de fomento ao escoamento da produção com essas características. Facilitação de acesso a produtos da Agrobiodiversidade para restaurantes, bares, hotéis, micro e pequenos empreendimentos e agroindústrias familiares.

- Distribuição de sementes e materiais de propagação: Facilitar o acesso a sementes crioulas, e demais materiais de propagação, com a finalidade de fomentar a produção de produtos da Agrobiodiversidade.

Alguns desafios apontados: Continuar o monitoramento das ações e politicas Publicas de Segurança Alimentar e Nutricional; elaboração, proposição e permanência das Políticas Públicas (PAA, PNAE); concluir a resolução do programa agrobiodiversidade com o máximo de participação das diferentes realidades estadual; Construção do Plano estadual Segurança Alimentar e Nutricional; acompanhar o decreto proposto de compras Institucionais estadual; e discussão da Lei da agroindústria Familiar em Santa Catarina.

Por fim, chamou a atenção para o envolvimento das cooperativas da agricultura familiar, reforma agrária e economia solidária na discussão de programas de desenvolvimento sustentável, visto que este processo agrega valor social a seus produtos e as cooperativas podem ganhar com o marketing. Além disso, resolve demandas históricas do seu público cooperado, seja de alimentação como de geração de trabalho e renda.

2.6– Crédito para Cooperativas dos Agricultores Familiares, Assentados da Reforma Agrária e Economia Solidária.

Horário: das 16:10 as 18:00 horas

José Silva – Agricultor e Diretor da Cresol Sicoper – Apiúna/SC

O palestrante apresentou brevemente o histórico do Sistema Cresol, o qual é uma cooperativa de crédito com grande parte de seu quadro social vinculado a agricultura familiar. Após a breve apresentação adentrou no assunto proposto, o crédito. Destacou que o fomento à produção primária basicamente tem se realizado diretamente da instituição ao agricultor e na sua percepção as cooperativas de produção são instrumentos importantes para organizar as cadeias produtivas, pois atualmente os produtores por iniciativa própria buscam o crédito e se inserem no modelo produtivo mais difundido na região. Porém, nem sempre é o mais adequado a sua realidade.

Em continuidade voltou-se para programas as cooperativas, dando grande ênfase ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, na sua modalidade agroindústria e cotas partes, os quais apresentam condições adequadas para acessar e promover a implantação de projetos das cooperativas.

Neste sentido foi questionado sobre as condições de acesso, onde se encontram limites para as cooperativas efetivamente acessar este programa, principalmente pelas questões de garantia. Em resposta, o palestrante relatou que são exigências e normas que as instituições financeiras precisam seguir e que acredita que seria importante flexibilizar as garantias no caso de pequenas cooperativas. No entanto, avalia que em grande parte a dificuldade no acesso está no processo gerencial das cooperativas, não havendo uma organização adequada dos documentos, pouca preocupação com o resultado econômico e o limite bancário, além das dificuldades do vigor associativo das mesmas.

Neste sentido, acredita que as cooperativas que conseguirem se organizar e acessar este programa tem grande potencial para avançar economicamente e socialmente, visto as condições de juro, carência e prazo de reembolso. Assim, sugeriu que é fundamental que as cooperativas de maneira individual ou coletiva organizem um processo de assessoria gerencial e que mantenham em dia seu processo contábil e financeiro.

Na sequência apresentou outras fontes de crédito, as quais não possuem condições tão atrativas quanto ao Pronaf, porém que são alternativas que podem ser buscadas pelas cooperativas. Por fim, destacou a importância de acessar o crédito com responsabilidade, ou seja, as cooperativas dispõem de oportunidades, porém precisam planejar, estudar, elaborar planos consistentes, o que permitirá maior chance de sucesso nos processos desenvolvidos, em especial quando acessar crédito.

Elizângela Paglia – Serviço Social – Diretora da Associação de garantia de Crédito Comunidade do Futuro – Banco do Povo – Chapecó/SC

A palestrante agradeceu a oportunidade de socializar a experiência do "Banco do Povo" criado no ano de 1997 o qual tem por objetivo oportunizar o crédito alternativo, atuando de forma diferenciada aos padrões correntes de oferta de dinheiro praticados pelo sistema financeiro nacional. Além disso, tem o compromisso de combater à pobreza através do desenvolvimento de micro e pequenos empreendimentos que resultem na geração do trabalho e da renda.

Na oportunidade apresentou os serviços e modalidades de créditos que a instituição atua, sempre dando ênfase na missão da instituição, a qual é "desenvolver, por meio da concessão de crédito alternativo, práticas para a geração de trabalho e renda, incluindo social e economicamente pessoas menos favorecidas com vinculação direta em micro e pequeno empreendimentos formais ou informais".

Desta forma, apesar de que muitas cooperativas presentes não se enquadram diretamente nos programas, existe um conjunto delas que podem pontualmente acessar recursos para resolver demandas necessárias a qualificação do processo produtivo ou mesmo dar início a novos processos de agroindustrialização.

Por fim, destacou a necessidade de realizar espaços para integrar os empreendimentos do meio rural com aqueles apoiados no meio urbano, criando uma relação que vai além do acesso ao crédito, mas que podem atender demandas no âmbito da comercialização e da troca de experiências de gerenciamento e desenvolvimento social.

DIA 17/05/2019 – SEXTA-FEIRA.

2.7 A intercooperação como forma de resistência e possibilidade de avanço das pequenas cooperativas.

Horário: 08:00 as 10:00 horas

Francisco Dal Chiavon – Tecnólogo em Agroecologia e Instrutor Popular - UNICOPAS Nacional – Brasília/DF

O colaborador retomou parte das discussões já realizadas no decorrer do seminário e ressaltou sua satisfação em colaborar com este momento. Também destaca que o momento de crise econômica gera a necessidade de intercooperar como uma forma de resistir e enfrentar os desafios postos, seja no campo econômico, organizativo e social.

Neste sentido, trouxe exemplos de processos de intercooperação, os quais vão desde a vida simples na natureza até os complexos conglomerados de empresas e que isto ocorre por uma questão de necessidade e sobrevivência. Assim, não se pode ver nas outras cooperativas apenas um concorrente pelo mercado, mas sim como podemos ajudar mutuamente, a fim de alcançar os objetivos pretendidos. Neste aspecto, relata que a intercooperação fortalece o cooperativismo nos seus princípios, porém traz resultados efetivos no desenvolvimento social e econômico.

Desta forma, ressalta que o processo não é simples bem como não ocorrerá de maneira espontânea, ou seja, precisa ser um processo organizado e coordenado, a partir de uma análise, de um planejamento e um constante processo de avaliação e monitoramento. Os empreendimentos que tem a capacidade de se abrir e aceitar este processo tem muito a avançar no seu desenvolvimento.

Por fim, propõe que a partir deste seminário já se construa um grupo de coordenação, os quais possam se reunir e analisar as diversas realidades existentes e a partir disso propor ações concretas (planejar). O conjunto de organizações aqui representadas dispõem de muitas ações que podem ser realizadas no seu conjunto, respeitando as individualidades de cada empreendimento. Além disso, este grupo pode ser um impulsionador de demandas

como a formação técnica, o assessoramento jurídico e outras demandas que individualmente cada cooperativa não tem condições de contratar.

2.8 Como fortalecer relações para minimizar os custos logísticos na distribuição das vendas institucionais.

Horário: 10:20 as 12:00 horas.

Dilso Barcellos – Tecnólogo em Processos Gerenciais – Assessor Técnico da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU.

O colaborador iniciou dizendo de sua satisfação de poder participar de um evento com tanta importância para a agricultura familiar e reforma agrária e que já era tempo de unir forças para qualificar o processo produtivo das pequenas cooperativas. Relata que assessora cooperativas da reforma agrária na qualificação de processos de gestão em seu âmbito produtivo, de recursos humanos, administrativo e financeiro, além do logístico e comercial.

Destaca que a ampla maioria das pequenas cooperativas realizam algum processo de agroindustrialização ou comercialização, seja ao mercado tradicional, ao institucional ou diretamente ao consumidor. No entanto, um dos principais gargalos existentes está na logística das vendas institucionais, em especial das cooperativas localizadas no Oeste do estado, visto que as maiores demandas de consumo estão localizadas no litoral. Desta forma, a logística individual torna-se cara pela distância e muitas vezes por ser pequenos volumes, o que requer o estudo de saídas coletivas entre as cooperativas.

Assim, o colaborador inclui como proposta o estudo regionalizado das demandas logísticas, bem como a formação de circuitos de distribuição dos produtos, ou seja, o mesmo transporte que leva alimentos do Oeste ao Litoral, fará o transporte de produtos do Litoral ao Oeste. Assim, poderá reduzir os custos por unidade transportada. No entanto, chama atenção para as normas de transporte, em especial as sanitárias e de produtos orgânicos, os quais devem ser considerados nesta análise, evitando assim problemas de não aceite dos produtos a serem entregues.

Por fim, sinaliza que a proposta já debatida anteriormente da consolidação de um grupo permanente de coordenação dos diversos setores do cooperativismo da agricultura familiar servirá como instrumento organizativo e motivador, no qual poderá se apoiar pautas comuns a estes empreendimentos, bem como construir, planejar e avaliar os resultados obtidos com ações intercooperadas aqui propostas.

2.9 Apresentação da Política Estadual de Economia Solidária – ALESC
Horário: 13:30 as 15:00 horas

Dep. Luciane Carminatti - Proponente da PL./0124.1/2016.

A deputada expôs sobre o processo de construção do Projeto de Lei 0124.1/2016 de sua autoria, transformado na Lei 17.702 em 22 de janeiro 2019, a qual dispõem sobre a Política Estadual de Economia Solidária no Estado de Santa Catarina, a qual conta com 5 capítulos e 25 artigos e assegura a política estadual, visibilidade e recursos para os empreendimentos solidários catarinenses

O documento estabelece princípios, diretrizes, objetivos e composição da Política Estadual de Economia Solidária, criação de um Sistema Estadual e qualificação dos empreendimentos econômicos solidários no estado. Assim, o setor passa a contar com amparo da legislação estadual para regulamentar o que é a Economia Solidária, quem integra, os deveres e compromissos do estado, medidas para fortalecer práticas de cooperativismo e conceder financiamento e incentivos fiscais, qualificação e acesso aos créditos para os empreendedores, entre outras ações.

As diretrizes e objetivos da Política Estadual de Economia Solidária se integram às estratégias gerais de desenvolvimento sustentável e aos investimentos sociais, visando à promoção de atividades econômicas autogestionárias, ao incentivo aos empreendimentos econômicos solidários e sua integração em redes de cooperação na produção, comercialização e consumo de bens e serviços.

A Política Estadual de Economia Solidária vem para promover o acesso a serviços de finanças solidárias e de crédito, poderá prever financiamento para capital de giro, custeio e aquisição de bens móveis e imóveis destinados à

consecução das atividades econômicas fomentadas, conforme condições a serem estabelecidas em regulamento.

Após a apresentação completa da nova Lei, a deputada realizou comentários sobre os potenciais gerados a partir desta para as organizações da economia solidária, nas quais se enquadram a maioria das cooperativas presentes. No entanto, reforçou que as cooperativas organizadas precisam cobrar do estado e da Assembleia Legislativa a aplicação desta lei, bem como a criação do fundo que de sustentação.

3. ENCAMINHAMENTOS DO SEMINÁRIO

Em síntese as propostas de encaminhamentos dos seminários são descritas a seguir:

- Consolidar um grupo com representantes dos diversos setores representados no seminário, a fim de constituir uma coordenação a fim de dar encaminhamentos as principais demandas apontadas no decorrer deste evento. Este grupo deve ser composto por 10 a 12 pessoas e envolver organizações do meio urbano;

- Organizar estudo de um processo de logística coletivo para atender as demandas de comercialização, visando otimizar recursos e fortalecer a intercooperação das cooperativas;

- Articular processos de comercialização das cooperativas do rural para as urbanas, bem como a associação de funcionários e restaurantes de empresas;

- Construir um programa de formação e assessoria em processos de gestão a ser executados no âmbito das cooperativas participantes, visando resolver os gargalos administrativos e gerenciais das cooperativas;

- Organizar uma equipe especializada de marketing para o conjunto das cooperativas para desenvolver uma comunicação que leve os benefícios sociais e ambientais do consumo de produtos oriundos das cooperativas da agricultura familiar, reforma agrária e da economia solidária.

4. DA AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A avaliação realizou-se ao término do evento, onde os participantes, de maneira oral/exposição realizaram a avaliação do evento, seja do seu aspecto organizativo e de sua importância temática. Na oportunidade a maioria das falas elogiaram o evento e agradeceram a COOPTRASC pela organização, bem como ao MAPA pelo apoio para a realização. No âmbito da importância, deu-se destaque a necessidade de fortalecer a intercooperação e criar uma estrutura que articule este processo junto a estas cooperativas, promovendo suporte técnico e jurídico. Outro aspecto destacado foi a necessidade de articular no âmbito comercial, sendo que o seminário proporcionou este momento, seja a partir das palestras, mas também nas conversas e diálogos realizados nos intervalos destas. Por fim, criou-se uma expectativa grande para os desdobramentos do evento e isso coloca uma responsabilidade sobre os organizadores e ao grupo a ser consolidado.

5. DA AVALIAÇÃO DA COOPTRASC

A COOPTRASC como entidade proponente do seminário avaliou positivamente, o qual alcançou o objetivo proposto e proporcionou a aproximação de cooperativas tão semelhantes em suas ações, objetivos e dificuldades, porém distantes em seu dia a dia de ações e prática.

Dentre os aspectos positivos proporcionados pelo seminário é a criação de um grupo permanente de discussão de demandas e o fortalecimento da intercooperação. Ainda a aproximação com as cooperativas e associações urbanas, sendo estas um potencial de comercialização direta dos produtos da agricultura familiar. Também, a possibilidade de intercooperar na questão comercial a partir da redução dos custos logísticos e a organização de rotas de transportes, minimizando o impacto sobre os custos.

Por fim, a COOPTRASC avalia que o apoio do MAPA foi fundamental para concretizar estes objetivos, os quais proporcionarão mais alimentos entregues diretamente aos consumidores, gerando renda no campo e garantindo sua permanência nas atividades. Neste campo a COOPTRASC é parceira no

desenvolvimento de ferramentas e apoio técnico que venha a fortalecer ainda mais estas iniciativas e a construção de processos cooperativos sólidos e inclusivos.